

MERCADOS



Com melhora de humor, Bolsa sobe 0,7%, aos 125,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O "compromisso" do governo com a "responsabilidade fiscal", afirmado na hora do almoço pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuiu para que os ativos domésticos mantivessem ao longo da tarde a decompressão vista desde o começo desta quarta-feira.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que vinha sustentando recuperação - ainda que tímida - a contrapelo do que se via no câmbio e nos contratos de DI, estendeu a retomada em 0,7% ontem, encerrando aos 125.661,89 pontos, no maior nível desde 21 de maio, então aos 127,4 mil pontos. Ainda assim, não conseguiu sustentar os 126 mil pontos, de boa parte da sessão.

Ontem, oscilou dos 124.786,64, mínima correspondente à abertura, até os 126.580,98 pontos, na máxima do dia, com giro a R\$ 21,6 bilhões. Na semana e no mês, o índice da B3 sobe 1,42%, limitando a perda do ano a 6,35%.

O desempenho contou com forte apoio de Vale ON, a ação de maior peso individual no índice. Ontem, o papel subiu 1,99%, compensando em par-

te o ajuste negativo em Petrobras, com a ON da estatal em baixa de 2,07% (na mínima do dia no fechamento, a R\$ 40,13) e a PN, de 1,74%.

A sessão foi positiva para o setor financeiro, embora mais acomodado no fechamento, o que moderou o dinamismo do Ibovespa (Índice Bovespa) junto com o mergulho de Petrobras perto do fim da sessão. Entre as maiores instituições, destaque ainda para Itaú (PN +0,61%) e Banco do Brasil (ON +0,98%), além de Bradesco ON (+0,72%). Na ponta do Ibovespa, Yduqs (+7,21%), Vamos (+7,03%) e Carrefour (+6,41%). No lado oposto, Marfrig (-6,46%), JBS (-4,85%) e BRF (-3,64%).

DÓLAR

Após três pregões seguidos de alta, em que acumulou valorização de 2,85%, o dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 1,7%, cotado a R\$ 5,5684. Em porcentual, foi a maior queda desde agosto de 2023. Na semana, a moeda agora apresenta queda de 0,36%. Referência do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para agosto apresentou giro forte, acima de US\$ 16 bilhões, o que sugere redução de posições defensivas.

BANCO CENTRAL

Fluxo cambial total no ano é positivo em US\$ 11,630 bilhões

CÍCERO COTRIM/AE

O fluxo cambial do Brasil é positivo em US\$ 11,630 bilhões este ano, até o fechamento de junho, segundo dados preliminares do Banco Central. Em 2023, houve entrada líquida de US\$ 11,491 bilhões.

O canal financeiro acumula saída líquida de US\$ 30,907 bilhões, com aportes de US\$ 292,983 bilhões e retirada de US\$ 323,890 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

O saldo do comércio exterior é positivo em US\$ 42,537 bilhões em 2024, com importações de US\$ 115,940 bilhões e exportações de US\$ 158,476 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 17,524 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 37,471 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 103,482 bilhões em outras entradas.

MENSAL

O fluxo cambial brasileiro foi positivo/negativo em US\$ 5,795 bilhões em junho. As estatísticas finais serão divulgadas até a terceira semana do próximo mês. Em maio, o fluxo foi negativo em US\$ 713 milhões.

O canal financeiro contabilizou saída de US\$ 3,019 bilhões, resultado de US\$ 52,810 bilhões em compras e US\$ 55,829 bilhões em vendas. O

segmento reúne investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

O saldo preliminar do comércio exterior é positivo em US\$ 8,813 bilhões, com US\$ 18,584 bilhões em importações e US\$ 27,397 bilhões em exportações. Nas exportações, estão incluídos US\$ 3,207 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 7,274 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 16,917 bilhões em outras entradas.

SEMANA

O fluxo cambial do Brasil foi positivo em US\$ 1,157 bilhão na semana passada, segundo dados preliminares divulgados pelo BC.

O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 2,582 bilhões entre os dias 24 e 28 de junho, com compras no valor de US\$ 14,747 bilhões e vendas de US\$ 17,329 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

O saldo do comércio exterior foi positivo em US\$ 3,739 bilhões, com US\$ 5,631 bilhões em importações e US\$ 9,10 bilhões em exportações. Nas exportações, estão incluídos US\$ 715 milhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 3,049 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 5,336 bilhões em outras entradas.

2024/2025

Plano Safra para grandes produtores soma R\$ 400 bi

PEDRO RAFAEL VILELA E SABRINA CRAIDE/ABRASIL

Com incremento de 10%, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) lançou, ontem, o Plano Safra 2024/2025 para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país, que somam recursos totais de R\$ 400,59 bilhões.

O volume de crédito vai apoiar grandes e médios produtores rurais do país, incluindo aqueles enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Do total disponibilizado, R\$ 293,29 bilhões (+8%) serão para custeio e comercialização e R\$ 107,3 bilhões (+16,5%) para investimentos.

As taxas de juros para custeio e comercialização são de 8% ao ano para os produtores enquadrados no Pronamp. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 7% e 12% ao ano, de acordo com os diferentes programas de crédito oferecidos. Também em relação ao volume total, R\$ 189,09 bilhões serão com taxas de juros controladas, direcionados ao Pronamp e demais produtores e cooperativas, e os outros R\$ 211,5 bilhões com taxas livres.

Para o programa Moderfrota, destinado à aquisição e máquinas agrícolas, os juros serão de 10,5% para produtores enquadrados no Pronamp e de 11,5% para os demais. No Renovagro, voltado à recuperação e conversão de pastagens e práticas agropecuárias ambientais

sustentáveis, os juros serão de 7%, mesmo percentual para os produtores que quiserem financiar a construção e armazéns de até 6 mil toneladas.

Para armazéns maiores e para outros financiamentos de produção sustentável, a taxa de juros é de 8,5%. Para financiamento de modernização de sistemas produtivos e de comercialização de agroindústrias de cooperativas, os juros são de 11,5% ao ano.

"Foi nos meus governos e nos governos da Dilkma, que a gente teve os maiores planos Safra da história deste país", destacou Lula, em discurso, durante o lançamento do novo Plano Safra com os maiores valores nominais entre todas as edições do programa de financiamento.

"Eu nunca pedi para nenhum empresário agradecimento. Eu faço por obrigação, porque sei da importância da agricultura brasileira e de vocês", acrescentou o presidente. Lula também defendeu o papel do agronegócio na economia e criticou aqueles que desvalorizam o setor por exportar commodities agrícolas.

"As pessoas, muitas vezes, se esquecem de dar conta da quantidade de tecnologia que tem em um grão de soja, na qualidade do nosso café, no aperfeiçoamento que temos no milho e tanta coisa extraordinária que nós temos", afirmou.

BALANÇO

Ao apresentar o Plano Safra, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, fez um balanço de 18 meses à frente da pasta, citando

INSTITUTO LULA



a retomada dos grandes investimentos, a abertura de novos mercados, reabilitação de plantas frigoríficas e fim do ciclo de vacinação da febre aftosa, entre outros pontos. Fávaro também reafirmou o compromisso do governo com o setor, independente de divergências políticas.

"Como o senhor diz, presidente, as pessoas podem até não gostar de nós, mas não estamos aqui participando de concurso de simpatia, estamos aqui trabalhando para fazer o Brasil dar certo. Estamos trabalhando para que a agropecuária continue sendo uma força na propulsão da agricultura brasileira", pontuou.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Em relação aos investimentos para recuperação de pastagens e outras iniciativas de sustentabilidade ambiental nas lavouras, o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, afirmou que as medidas se adequam ao que às expectativas dos países importadores do agro brasileiro.

"Esse Plano Safra, tanto em relação ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) quanto ao Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), é um plano completamente aderente ao plano de transformação ecológica do Brasil. Essa ideia de financiar, a juros baixos, a recuperação de terra degradada e recolocar essa terra à serviço da produção, é uma das principais demandas do mundo em relação ao Brasil, no que diz respeito a questão agropecuária."

MAIS RECURSOS

O novo ciclo do Plano Safra terá R\$ 36,37 bilhões mais do que os valores destinados no ano anterior, quando foram operados R\$ 364,22 bilhões para os maiores segmentos do agronegócio brasileiro.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os produtores rurais podem contar ainda com mais R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR), que serão complementares aos incentivos do novo Plano Safra. As LCAs são títulos de dívida emitidos por instituições financeiras, que têm como lastro os empréstimos e financiamentos para a atividade agropecuária, o que fomenta créditos bancários ao setor.

Agricultura familiar terá investimentos de R\$ 76 bi para produção de alimentos

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, com R\$ 76 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 6,2% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica.

"O plano safra exuberante pode não ser tudo que a gente precisa, mas é o melhor que a gente pode fazer", disse Lula em discurso durante o evento no Palácio do Planalto. O presidente garantiu que o governo vai cuidar para que os produtores não tenham prejuízo e disse que é preciso incentivar a produção para reduzir a inflação dos alimentos.

"(Os preços dos alimentos) aumentam em função de determinadas intempéries, quando tem seca, quando chove demais. Então, a gente tem que incentivar as pessoas a plantarem o máximo possível e garantir que, na hora da colheita, a gente não vai deixar eles terem prejuízo porque plantaram demais. O governo tem que garantir um pagamento correto pra que aquelas pessoas possam fazer os seus produtos chegaram no supermercado", disse Lula.

"Se a gente fizer isso, se a gente comprar as máquinas, produzir mais leite, mais queijo, plantar mais tomate, mais pepi-

no, mais chuchu, não vai ter inflação de alimento. A inflação de alimento ela se dá quando a gente produz menos do que a demanda, que começa a ter escassez no supermercado e aí cada pessoa pede o preço que quiser. Mas a gente tiver produção correta, não faltará produto no supermercado, ninguém precisa aumentar o preço porque a gente vai ter excesso de comida nesse país", acrescentou.

Segundo o governo, somadas outras ações anunciadas para a agricultura familiar, como financiamento de máquinas agrícolas de pequeno porte, a ampliação do microcrédito rural e a criação de fundos que ampliam o acesso ao crédito, o volume investido chega a R\$ 85,7 bilhões.

O governo federal dará ainda mais incentivos a quem produzir alimentos que vão à mesa dos brasileiros e da biodiversidade. Cerca de dez linhas de financiamento de crédito rural do Pronaf tiveram redução de taxas. Para a produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade a taxa será de 2% no custeio e 3% no investimento. Quem produzir arroz, por exemplo, também encontrará juros reduzidos para o custeio, de 3%, no caso do convencional, e 2% no orgânico.

Neste plano safra, o governo ainda vem com uma nova estratégia nacional para ampliação da produção de arroz da agricultura familiar. São sete eixos

principais: crédito, acompanhamento técnico, sementes, beneficiamento, comercialização e contratos de opção com o estabelecimento de um preço mínimo do produto.

O presidente pediu ainda que os sindicatos e organizações orientem os produtores sobre a existência dos créditos e programas e alertou que é preciso fiscalização para garantir que o dinheiro chegue na ponta.

PROGRAMA ECOFORTE

Outro destaque do evento foi o lançamento do edital do programa Ecoforte para apoiar projetos de 40 redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, cerca de 30 mil agricultores familiares. Serão destinados R\$ 100 milhões para o programa, em projetos com valores entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões. O recursos são fruto de acordo de cooperação da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil.

Ainda, o governo lançou a iniciativa do Campo à Mesa, um edital de R\$ 35 milhões para selecionar organizações da sociedade civil que fomentem sistemas de produção agroecológica. Outros dois editais lançados visam o fomento da organização produtiva e econômica de mulheres rurais: Quintais Produtivos, no valor de R\$ 30 milhões, e Mulheres Rurais,

de R\$ 30,2 milhões.

TAXAS REDUZIDAS

Este Plano Safra da Agricultura Familiar tem taxas que variam de 0,5% a 6%, com redução para duas linhas de financiamento de custeio e oito de investimento.

As linhas de custeio do Pronaf reduzidas são para produtos da sociobiodiversidade como babaçu, jambu, castanha do Brasil e licuri, de 3% para 2%; e para produção de alimentos como feijão, arroz, mandioca, leite, frutas e verduras, de 4% para 3%.

Já as linhas de investimento que tiveram redução de 4% para 3% são: Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Produtivo Orientado e Pronaf Mulher, para as agricultoras com renda familiar bruta anual de até R\$ 100 mil.

O Pronaf Mais Alimentos ganhou uma sublinha de financiamento, com redução de 5% para 2,5% para compra de máquinas de pequeno porte. Também nessa linha, tiveram redução de 4% para 3% as atividades de aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive equipamentos de automação, construção de silos, ampliação e construção de armazéns e câmaras frias destinadas à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras, aquicultura e pesca.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

INVESTIMENTOS

Rio voltará a ter Bolsa de Valores depois de 20 anos

O Rio de Janeiro será novamente sede de uma Bolsa de Valores. O anúncio foi feito pelo prefeito Eduardo Paes e pelo CEO (diretor-executivo) da *Americas Trading Group (ATG)*, Claudio Pracownik, na terça-feira passada, na sede da Associação Comercial da cidade. A previsão é que comece a operar no segundo semestre de 2025. O prefeito, durante a cerimônia, sancionou a lei municipal que incentiva a instalação da instituição.

“O Rio tem uma parte importante da força econômica do Brasil: a Vale está aqui, a Globo está aqui, a teledramaturgia da Record está no Rio. Mas onde está o setor produtivo? A gente tem um monte de coisas interessantes acontecendo no setor privado do Rio, mas a gente não consegue levantar essa turma. A volta da Bolsa de Valores é a ponta do iceberg. É o esforço do governador, prefeito, atores políticos. O setor privado percebeu que tem uma concorrência a ser feita com São Paulo. Começamos a criar um ambiente econômico, um conjunto de atrativos e de novos mercados que surti-

rao”, afirmou o prefeito.

O Projeto de Lei 3276/2024, de iniciativa da prefeitura municipal, foi aprovado pela Câmara de Vereadores no dia 25 de junho, com 37 votos a favor e 5 contra. Com a nova regra, cai para 2% o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) que incide sobre as atividades a serem desempenhadas por uma Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como sobre as atividades exercidas por sociedades que atuam na negociação, liquidação e custódia de ativos financeiros. Faz mais de 20 anos que houve o encerramento das atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ).

RETOMADA

“A gente recupera esse símbolo de retomada da economia da cidade do Rio de Janeiro”, comemorou o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, Chicão Bulhões. Ele destacou a importância do mercado financeiro para a economia carioca: “É o quarto maior pagador de ISS da cidade, mais de um bilhão e meio de reais. São quase 70 mil pessoas

trabalhando no setor, que, com a Bolsa, vai ganhar uma nova dimensão, atraindo mais investidores para cá”, disse.

Claudio Pracownik, CEO da *Americas Trading Group (ATG)*, destacou que a criação de uma segunda Bolsa de Valores no país – a outra fica em São Paulo – é um sinal de maturidade do mercado de capitais, contribuindo para que o Brasil seja visto de forma mais positiva pelos investidores, principalmente os internacionais. Ele acrescenta que a existência de concorrência traz eficiência, redução de riscos e movimentação de novos produtos. O executivo também salientou que a sede da nova bolsa brasileira no Rio trará benefícios para toda a região.

“A nova bolsa terá sua sede administrativa no Rio de Janeiro. Isso é muito importante para a cidade e para o estado. O Rio voltará a ser um grande centro de negócios, atraindo investidores, e isso tem uma relevância enorme. Nós esperamos que este seja o marco inicial do renascimento do mercado financeiro no Rio”, resumiu Claudio.

O setor financeiro, no triênio

2021-2023, foi o quarto maior pagador de impostos (ISS) do Rio, com R\$ 1,5 bilhão. Os dados são da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, compilados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico. Esse montante representou 9,1% da arrecadação total.

O setor conta com 68,5 mil trabalhadores (3,7% dos trabalhadores cariocas), gerando 2,7 mil novos empregos entre 2021-2023. Além disso, o trabalhador do setor financeiro carioca ganha R\$ 9,5 mil por mês, um valor bem superior à média do trabalhador brasileiro (R\$ 3,8 mil por mês).

“O Rio possui mais de quatro mil fundos, o que representa 17,6% do total do Brasil. Em termos de patrimônio gerido, o Rio mostra ser um forte mercado, que reúne R\$ 2,2 trilhões sob gestão, o que representa 34% dos valores investidos no país, reunindo 22,6% dos cotistas, com 1,1 milhão de investidores e 20,4% das assets (gestoras de fundos). Esses dados constam no estudo Setor Financeiro do Rio”, afirma a prefeitura.

CESTA BÁSICA

Lula: Vou ficar feliz se eu puder comprar carne sem imposto

SOFIA AGUIAR, FERNANDA TRISOTTO E ISADORA DUARTE/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a inclusão das carnes na cesta básica com imposto zero na regulamentação da reforma tributária. “Temos que discutir o que vai entrar na cesta básica. Não tem como separar carne; possivelmente teremos que separar carne in natura e processada”, afirmou Lula durante o lançamento do Plano

Safra 2024/25 empresarial.

A inclusão das carnes no relatório do grupo de trabalho que discute o principal projeto de regulamentação da reforma na Câmara dos Deputados está sendo negociada pelo governo, setor produtivo e deputados. O novo relatório deve estabelecer a isenção de carne bovina, de frango e suína e especificar quais tipos de peixes com imposto zero. A alíquota geral do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deve aumentar com a isenção das carnes.

MINISTÉRIOS

Brasil paga R\$ 847 mi a órgãos internacionais no primeiro semestre

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil quitou R\$ 847 milhões em dívidas com organismos internacionais no primeiro semestre, divulgaram ontem os ministérios do Planejamento e Orçamento e das Relações Exteriores. Desse total, R\$ 325 milhões corresponderam à quitação integral da contribuição regular do país às Nações Unidas.

Segundo as duas pastas, essa foi a primeira vez na última década em que o Brasil paga a contribuição à Organização das Nações Unidas (ONU) no primeiro semestre. Os países que quitam as contribuições com a ONU nos 6 primeiros meses do ano integram o quadro de honra do órgão. A ONU agradeceu publicamente ao Brasil em 17 de maio.

“Ao honrar suas contribuições junto a organismos internacionais, o Brasil fortalece sua atuação no cenário global, reafirma o compromisso com o multilateralismo e reforça a integração regional”, destacaram os dois ministérios.

No ano passado, o país pagou R\$ 4,6 bilhões em compromissos financeiros, honrando as dívidas de anos anteriores. Os pagamentos foram distribuídos entre contribuições regulares a organismos internacionais, integralizações de cotas de bancos multilaterais e recomposições de fundos que atuam em vários países.

Além da ONU, a nota conjunta citou o pagamento aos seguintes organismos internacionais de janeiro a junho:

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco);
- Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI);
- Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), entre outros organismos.

TELEFONIA

TCU aprova acordo bilionário de solução consensual de Oi e Anatel

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o termo de acordo bilionário de solução consensual entre a empresa de telefonia Oi e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A companhia recebeu o sinal verde para sair do modelo de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e entrar no modelo de “autorização”, em que o serviço é prestado somente em áreas “onde não há competição”, com redução das obrigações e despesas regulatórias.

Para isso, deverá realizar investimentos no valor mínimo de R\$ 5,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 10,2 bilhões, se houver um desfecho favorável em processo de arbitragem contra a Anatel que corre em paralelo.

Em decisão de julho de 2023, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estimou que a mudança do modelo de

concessão custaria para a Oi cerca de R\$ 20,3 bilhões.

O valor é atribuído, sobretudo, à estimativa com bens reversíveis (como torres, centrais de comutação, centrais de transmissão) e às obrigações relacionadas aos planos de metas de universalização.

Além deste montante, houve uma repactuação acerca de débitos não tributários, incluindo multas, encargos e juros de mora. O saldo devedor foi avaliado no montante próximo de R\$ 8 bilhões. Os números estão em despacho do plano de recuperação judicial da empresa.

O TCU entrou no caso em agosto de 2023, na chamada Comissão de Solução Consensual (CSC), com representantes do Tribunal e demais envolvidos no processo. Com a aprovação do termo acordo pelo plenário nesta quarta-feira, o passivo da empresa com a Agência Reguladora, na prática, passou de R\$ 20,3 bilhões para R\$ 5,8 bilhões.

“Apesar de essa diferença causar um impacto inicial, um estudo mais aprofundado revela as enormes dificuldades e incertezas que envolvem a quantificação desse valor, o que, aliás, justifica a existência das controvérsias”, diz o acórdão do TCU, se referindo aos cálculos considerados controversos do valor de R\$ 20,3 bilhões.

O fim da concessão da Oi estava previsto para 31 de dezembro de 2025. De acordo com a Oi, o modelo de autorização é mais condizente com a atual situação do setor no país, dado o declínio do serviço telefônico fixo.

“A perspectiva de falência da Oi não pode ser ignorada, pois afeta a continuidade dos serviços públicos”, disse o ministro-relator Benjamin Zymer, antes do final voto do plenário.

COMPROMISSOS

A empresa, pelo termo do acordo, manterá o sistema de telefonia fixo em locais onde é a única provedora de serviço de voz, até no máximo 31 de dezembro de 2028. Os investimentos de 5,8 bilhões se referem especificamente à construção de rede de fibra óptica submarina na região Sul, à construção de rede de fibra óptica submarina e subterrânea nas regiões Norte e Nordeste, bem como para a construção de novos centros de dados (Data Centers) distribuídos pelo território brasileiro.

Sobre a possível realização de investimentos adicionais de R\$ 4,4 bilhões, o condicional é se a Oi tiver um valor superior a R\$ 7,4 bilhões na disputa arbitral contra a Anatel.

REQUERIMENTO DE LICENÇA CONDOMÍNIO LIFE RESORT CAMPO GRANDE – CNPJ 12.627.549/0001-90, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2024/11255, Licença Ambiental Municipal de Instalação para Estação de Tratamento de Esgoto localizado na Estrada Cachamorra, 1233 – Campo Grande – Rio de Janeiro/RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA CONDOMÍNIO DO ED. BEACH PLUS – 08.183.336/0001-49, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2024/10808, Licença Ambiental Municipal para Operar a Estação de Tratamento de Esgoto situada na Estrada Santa Maura, 1000 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS CONCESSÃO DE LICENÇA 27.383.117/0004-09
A NEW WAVE TECH S.A. - CNPJ: 27.383.117/0004-09 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias-SMMAPA a Licença de Operação nº 070/2024, emitida em 26 de junho de 2024. Esta licença é válida até 26 de junho de 2029. Objeto trata-se de licença de operação para galpão de armazenamento de materiais - resíduos minerais, serão recebidos resíduos de amostras de Bauxita, Alumina Calcinada, carvão de açaí, carvão mineral, carvão vegetal e Minério de Níquel, provenientes do processo de beneficiamento de minério com área total construída 750,00m², localizado na Avenida Mascarenhas de Moraes, nº 1840, Quadra 25, Lote 11, 3º Loteamento das Chácaras-Rio-Petrópolis, Bairro Figueira, 2º Distrito de Duque de Caxias, RJ, referente ao processo nº 019/000.698/2023.

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RJ
Adilson Alves Mendes - Registrador - Edital - Gustavo Romeiro Mendes, Oficial Substituto do 9º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca da Capital, faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no Artigo 19 da Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que a proprietária MM0862 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 12.036.304/0001-98, com sede nesta cidade, apresentou neste Serviço Registral situado na Av. Nilo Peçanha nº 12, 6º andar, o Memorial de Loteamento, plantas e demais documentos relativos ao Lote 7 do PAL 49.314 situado na Estrada dos Bandeirantes, na Freguesia de Jacarepaguá, melhor descrito e caracterizado na matrícula 454559, conforme certidão nº 75/0195/2023 de 23/10/2023 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, – Subsecretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico, do PAL 49.785 PAA 12758, aprovado em 01/12/2022. Dentro do prazo de 15 dias corridos, a contar da data da terceira e última publicação do presente edital, em meio eletrônico, na forma do Provimento CGJ nº 56/2018 e num dos jornais de circulação diária, aqueles que se julgarem prejudicados com o registro do loteamento, deverão apresentar sua impugnação a este Serviço Registral. Findo o referido prazo e não havendo impugnação, o Memorial de Loteamento será registrado, ficando à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, durante o horário regulamentar, a respectiva documentação. Nesta cidade do Rio de Janeiro, em 01/07/2024. Gustavo Romeiro Mendes, Oficial Substituto, Av. Nilo Peçanha nº 12, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20020-100, Tel.: (21)2533.6430.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar – Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Total Solutions Facilities Ltda, CNPJ nº 02.974.997/0001-06, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na R. Dr. Gastão Reis, 174 - Parque Pauleia, Duque de Caxias - RJ, 25080-040, no dia 12/07/2024, às 10h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 10:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia.a) Autorização à diretoria do SINDEERHRJ para negociar e firmar Acordo coletivo – vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c) Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Federal Serviços Ltda, CNPJ nº 05.159.483/0001-96, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da empresa Av. Ayrton Senna, 3000 - Barra da Tijuca/RJ, 22.775-904, no dia 19/07/2024, às 10h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 10:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia.a) Autorização à diretoria do SINDEERHRJ para negociar e firmar Acordo coletivo – vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c) Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar – Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Fenixx Serviços Terceirizados Ltda, CNPJ n. 04.075.374/0001-27, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da empresa Rua Flack 134, Riachuelo/RJ, 20.220-281, no dia 15/07/2024, às 15h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 15:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia.a) Autorização à diretoria do SINDEERHRJ para negociar e firmar Acordo coletivo – vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c) Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Fenixx Serviços Terceirizados Ltda, CNPJ n. 04.075.374/0001-27, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da empresa Rua Flack 134, Riachuelo/RJ, 20.220-281, no dia 15/07/2024, às 15h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 15:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia.a) Autorização à diretoria do SINDEERHRJ para negociar e firmar Acordo coletivo – vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c) Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA LMOR
NOVASOC COMERCIAL LTDA – 03.139.761/0052-67, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2024/08614, a renovação de sua Licença Municipal de Operação e Recuperação – LMOR, para comércio varejista de combustíveis para veículos automotores situada na Estrada da Água Grande, 729 – Irajá – Rio de Janeiro/RJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º Andar – Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Ferlim Serviços Tecnicos Ltda, CNPJ nº 42.116.376/0001-06, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede da empresa R Pedro Alves 170, Santo Cristo/RJ, 20.220-281, no dia 10/07/2024, às 13h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 13:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia.a) Autorização à diretoria do SINDEERHRJ para negociar e firmar Acordo coletivo – vigência: 2024/2025 com a empresa;b) Discussão e deliberação de Reajuste Salarial;c) Gratificações de Encarregado;d) Deliberação de benefícios sociais;e) Deliberação por benefícios funerários;f) Assuntos gerais.

GOVERNO FEDERAL
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.085/2024

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.085/2024 no dia 16/07/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais para Hemoterapia (Cartões e Reagentes) (CARTÃO EM POLIPROPILENO, CONTENDO GEL SEPHEDEX COM SORO IGG, IGM, C3D (NO MÍNIMO) E CONTROLE, PARA MICROTIPAGEM SANGÜÍNEA; CARTÃO EM POLIPROPILENO, CONTENDO GEL SEPHEDEX COM SORO ANTI-D, PARA MICROTIPAGEM SANGÜÍNEA; CARTÃO EM POLIPROPILENO, CONTENDO GEL SEPHEDEX COM SORO ANTI-HUMANO, PARA MICROTIPAGEM SANGÜÍNEA e etc.) Processo nº. 33409.004279/2024-42. Substituindo a publicação do dia 03/07/2024. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

RORAIMA

Assembleia abre processo de impeachment de governador

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), deputado Soldado Sampaio (Republicanos) aceitou na sessão de terça-feira passada um pedido de *impeachment* do governador Antonio Denarium (Progressistas), do qual já foi aliado.

Uma comissão especial deverá ser nomeada em 72 horas para dar início ao julgamento político do governador, divulgou a assembleia. Os trabalhos, entretanto, só devem começar em 6 de agosto, após a volta do recesso.

O pedido de *impeachment* havia sido apresentado em 19 de junho por Rusdon Leite (PV), Fábio Almeida (ex-filiado ao PSOL) e Juraci Escurinho (PDT), todos candidatos derrotados por Denarium nas eleições de 2022.

O pedido aponta irregularidades na administração pública, desvios de recursos, nepotismo, uso de programas sociais para fins eleitorais e abuso de poder econômico. “Não há dúvida de que as acusações formuladas pelos denunciante são gravíssimas”, escreveu Sampaio no parecer de admissibilidade. O documento foi lido ontem du-

rante sessão.

O governador terá direito a ampla defesa e contraditório no prazo de 10 sessões, segundo a assembleia.

As acusações são similares às que tramitaram na Justiça Eleitoral de Roraima, que já cassou o mandato de Denarium três vezes. Ele segue no cargo enquanto os recursos são analisados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em um dos processos, por exemplo, Denarium é acusado de ter turbinado programas de alimentos e habitação no ano em concorreu à reeleição, o que é vedado pela legislação eleito-

ral. O *impeachment* contra o governador em boa parte reproduz os acórdãos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RR) e traz também suspeitas sobre contratos de licitação, com *links* para reportagens sobre o assunto, entre outras acusações.

O governador sempre negou irregularidades. Em nota distribuída ontem, o governo de Roraima disse que “lamenta a postura do presidente da Assembleia Legislativa, que tenta desconstruir a imagem de um governo que tornou Roraima um estado de destaque no cenário nacional, com vários indicadores positivos e nunca antes vistos”.

RIO DE JANEIRO

PF apura desvio de R\$ 100 milhões da saúde em Cachoeiras de Macacu

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Agentes da Polícia Federal realizaram, ontem, a Operação Rapha, com a finalidade de desarticular uma organização formada por empresários e servidores municipais suspeitos de desviar recursos públicos em torno de R\$ 100 milhões, destinados à área da saúde do município de Cachoeiras de Macacu, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na ação, cerca de 50 policiais federais cumpriram oito mandados de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara Federal de Niterói, distribuídos nos municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio de Janeiro. Na capital fluminense, os mandados foram

cumpridos nos bairros da Taquara e da Barra da Tijuca, ambos localizados na zona oeste da cidade.

As investigações foram iniciadas após denúncia do ex-presidente de uma organização social contratada pelo município de Cachoeiras de Macacu para prestação de serviços de logística médica. O contrato, firmado em 2018, durou até fevereiro de 2021, quando foram constatadas as irregularidades. O contrato original tinha prazo final de encerramento em março de 2022.

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) apontou várias irregularidades no contrato com a prefeitura de Cachoeiras

de Macacu, como fraude no credenciamento da instituição como organização social, ausência de prestação de contas durante vários meses da execução do contrato, além de pagamentos de despesas desprovidas de legitimidade face ao objeto do contrato. Foram constatados ainda pagamentos sem a correspondente contraprestação em serviços e graves deficiências na fiscalização contratual, com destaque para a comissão de avaliação do contrato, integrada por servidores municipais que não tinham a qualificação prevista em lei.

De acordo com a investigação, o grupo criminoso era formado por empresários do setor de saúde e servidores públicos

municipais. Se confirmadas as suspeitas, os investigados responderão pelos crimes de peculato, organização criminosa, fraude à licitação e lavagem de dinheiro.

O município de Cachoeiras de Macacu informou que o prazo final do primeiro termo aditivo, firmado em 21 de fevereiro de 2020, sofreu interrupção em fevereiro do ano seguinte, devido às irregularidades constatadas na prestação de serviços da organização social contratada. De acordo com a prefeitura, o contrato foi rescindido antes do prazo final, previsto para março de 2022.

O nome da operação faz menção à expressão hebraica *Jeová Rapha*, o Deus que cura.

CHICA DA SILVA

Benedita da Silva pede ‘correção necessária’ após fala de Zambelli

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A deputada federal Benedita da Silva (PT-SP) disse ontem que “medidas necessárias estão sendo tomadas” após ter sido chamada de Chica da Silva pela também deputada Carla Zambelli (PL-SP).

O episódio aconteceu na última segunda-feira, em meio a uma live transmitida pela própria Zambelli em seu perfil no Instagram. No vídeo, ela comentava o fato de não poder discursar na 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, em Maceió.

“Eu não vou falar. Não vou falar porque provavelmente... Não sei, né? Não sei por que não vou falar. Parece que já foi montado pela Secretaria da Mulher que é a Chica da Silva (quem vai falar)”, disse, ao se referir à Benedita da Silva, que também participava do evento.

Após a live, Zambelli publicou uma nota de esclarecimento em que pede desculpas à colega e diz ter feito confusão com os nomes.

“Imediatamente, quando percebi o ocorrido, Zambelli apagou a publicação de suas redes e se desculpou com a deputada Benedita. A conversa foi amigável e houve compreensão da situação. Zambelli lamenta o referido lapso, mas torna público que não houve qualquer intenção de ofensa à sua colega de Parlamento.”

Em seu perfil no Instagram, Benedita contou que só soube do ocorrido quando o PT já havia se manifestado em nota de

repúdio. “Acredito que ela terá a correção necessária, se jurídica, se política, mas já tomaram providência. Eu acho que isso ela vai ter que responder, porque já tem gente entrando com ações.”

No X, Benedita escreveu: “Estou nessa vida política há mais tempo do que essa deputada tem de vida. E cheguei até aqui com respeito, trabalho e muita luta”.

ENTENDA

Políticos e lideranças do movimento negro chamaram a atenção para o fato de a “confusão” de nomes remeter a uma personagem negra importante da história brasileira. Francisca da Silva de Oliveira, conhecida como Chica da Silva, foi uma mulher negra escravizada e posteriormente alforriada que viveu no Brasil no século 18. Filha de um homem branco e uma africana escravizada, ela conquistou liberdade e se tornou uma das mulheres mais ricas do país e símbolo da resistência negra.

Historiadores sugerem que o aparecimento da personagem em produções de cinema e TV ao longo das últimas décadas ajudaram a popularizá-la, mas também acabaram contribuindo para criar uma imagem negativa e estereotipada de Chica da Silva.

Coordenadora da organização não-governamental Criola, Lúcia Xavier destaca ser uma prática recorrente relegar todas as mulheres negras ao lugar de escravizada e sexualizada. “Chica da Silva e Benedita da Silva são figuras ilustres, que fi-

zeram esse Brasil melhor, cada uma em seu tempo. Mas é muito possível que estejamos diante de uma situação em que alguém se vale de uma história mal contada sobre Chica da Silva para atribuir à deputada Benedita da Silva determinadas origens e estereótipos”, avalia Lúcia Xavier, uma das principais referências do movimento de mulheres negras.

Para a diretora-geral do Arquivo Nacional e professora do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), Ana Flávia Magalhães Pinto, há uma naturalização do racismo no Brasil, o que “tem feito com que o repertório de referências históricas sobre pessoas negras ainda seja muito limitado”.

“Quase sempre as associações remetem à escravidão, sobretudo em contextos de desqualificação. Uma expressão disso é a forma como se mobiliza a memória de Chica da Silva, não como uma mulher liberta, para desmerecer a atuação de mulheres negras no tempo presente”, avalia.

Em seu quinto mandato como deputada federal, Benedita da Silva foi a primeira mulher negra a ocupar os cargos de vereadora do Rio de Janeiro, deputada na Assembleia Constituinte de 1988, senadora e governadora do Rio de Janeiro. Foi também ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social. Atualmente, coordena a bancada feminina na Câmara.

REAÇÕES

A Secretária da Mulher da

FIOCRUZ

Pesquisadores apontam dificuldade de acesso ao aborto legal no SUS

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), vinculada à Fiocruz, promoveu ontem, no Rio de Janeiro, o debate *Acesso ao aborto legal no SUS: Como acolher e garantir direitos?*. A coordenação foi do grupo Observatório do SUS.

Pesquisadores e especialistas presentes no evento apontaram as principais dificuldades das mulheres ao acessar o procedimento no sistema público de saúde.

O encontro tem como referência a proposta do Projeto de Lei 1904/2, que prevê autorização para abortos legais até 22 semanas de gestação, mesmo em casos de violência sexual. Também aumenta pena máxima para quem fizer o procedimento, igualando a interrupção da gravidez ao homicídio.

“Não existe estuprada que, por maldade, vai levar a gestação até 22 semanas por que quer ver o feto nascer prematuro, sofrer, ir para a UTI e ficar sequelado. Não existe essa maldade. Não atrasou porque foi culpa dela. Ela deixou chegar até esse ponto por causa do Estado brasileiro, que fechou todas as portas”, disse Olímpio Moraes, diretor médico da Universidade de Pernambuco (UPE).

Debora Diniz, antropóloga, professora da Universidade de Brasília e defensora dos direitos reprodutivos das mulheres, entende que a repercussão do projeto de lei foi pior do que a esperada pelos grupos que a defendiam. Por isso, segundo ela, o momento é de avançar na luta por uma justiça social reprodutiva, sem abdicar dos conhecimentos científicos.

“A questão do aborto, como outras em saúde pública, não é matéria de contra ou a favor. Não é matéria para confundir e não falarmos sobre ciência. As religiões têm que ser respeitadas, mas não são elas que determinam a vida pública e o bem comum. Que tal trazeremos, a partir das semanas intensas de aprendizado sobre esse brutal projeto de lei, um exercício de reflexão e ponderação sobre como nós podemos falar e como devemos continuar o debate público sobre a urgência da descriminalização do aborto? Descriminalizar não é legalizar. Temos evidências sólidas que pode levar à redução do número de abortos”, defendeu Debora Diniz.

PL DO ABORTO

Câmara adia votação de projeto que eleva pena de estupradores

JEAN ARAÚJO/AE

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados adiou na sessão de ontem, a votação do projeto de lei que propõe aumentar a pena para estupradores. A medida ocorreu em resposta ao pedido do deputado Luiz Couto (PT-PB), que solicitou mais tempo para analisar a proposta.

Sob autoria do deputado Paes de Lira (PTC-SP), o texto foi protocolado em fevereiro de 2010 e desde então, reuniu outras 56 proposições semelhantes. Ele estava parado na Câmara desde abril de 2022, porém voltou a tramitar em maio deste ano em paralelo à repercussão sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina que proibia o aborto após 22 semanas, mesmo em casos de estupro e ao PL que equipara o aborto realizado nesse pe-

riódio ao crime de homicídio. Segundo o relator do caso, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), as propostas que planejam aumentar as penas de crimes contra a liberdade sexual são opções acertadas, pois possuem a capacidade de promover o desestímulo à ação dos infratores.

Em texto substitutivo, Neto apresenta parecer favorável. O PL aumenta a pena máxima para o estupro de vulnerável, que passa de 15 anos para 20 anos e, em casos de lesão corporal, a punição passa de 20 para 24 anos. O estatuto determina que os condenados para essas infrações só terão acesso a liberdade condicional se aceitarem voluntariamente passar por tratamento químico-hormonal para diminuição do ímpeto sexual e da libido. Ainda não data para a nova votação, que deve ocorrer nas próximas semanas.

ABORTO LEGAL

A legislação em vigor no país prevê que a mulher tem direito ao aborto nos casos de gravidez decorrente de estupro, se a gestação representar risco de vida à mulher e se for caso de anencefalia fetal. Mas o fato de haver essa previsão legal não garante que as mulheres consigam alcançar seus direitos da forma como deveriam.

“É uma política escondida. Dependendo do gestor no comando, ela desaparece, fica escondida. Se vocês procurarem no Brasil onde tem acesso a aborto previsto em lei, vão ter muita dificuldade pela internet. Eu consigo saber onde tem quimioterapia, pré-natal de alto risco, doação de órgãos, mas abortamento não é dado à população o direito de informação. Três vírgula seis por cento dos municípios têm um serviço de violência a abortamento previsto em lei. É muito pouco”, disse Olímpio Moraes.

O diretor médico da Universidade de Pernambuco (UPE) lembrou que somente 6 das 27 unidades federativas disponibilizam informação pública sobre aborto nos sites das secretarias de saúde. E que uma gestante pode demorar, em média, de dois a três meses até achar um programa que a acolha. Além disso, reforçou que as principais prejudicadas nesse cenário são mulheres jovens, pobres e negras.

Olímpio Moraes endossou que os médicos obstetras precisam cumprir o que diz a legislação, principalmente porque a formação profissional deles já prevê aprendizados relacionados ao aborto legal.



CAIXA 2

Supremo anula decisões da Lava Jato contra Eduardo Paes

RAYANDERSON GUERRA/AE

Em uma derrota do braço da Lava Jato no Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as decisões do juiz Marcelo Bretas, ex-titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em um processo em que o prefeito da capital fluminense Eduardo Paes (PSD) é acusado de caixa 2 na eleição municipal de 2012 e corrupção passiva. A Segunda Turma do Supremo decidiu que as denúncias devem ser julgadas na Justiça Eleitoral e declarou nulas todas as decisões de Bretas no processo.

Em seu voto, o relator, ministro Gilmar Mendes, que é um dos críticos dos métodos adotados pela Lava Jato na apuração de casos de corrupção, afirmou que os fatos em análise no processo têm relação com supostos ilícitos nas campanhas de Paes e do PMDB (atual MDB). O ex-secretário municipal de Obras do Rio, Alexandre Pinto, acusou o ex-prefeito Eduardo Paes de participar de um suposto esquema de desvios de recursos em grandes obras no Rio em depoimento a Marcelo Bretas.

"Só para deixar muito claro, essas coisas não eram só da Secretaria de Obras. O centro disso tudo não era a Secretaria de Obras. A gente tinha casos, principalmente das grandes obras, que as determinações não vinham da Secretaria de Obras. Vinham do gabinete do ex-prefeito Eduardo Paes. No qual ele determinava que determinada obra, principalmente as grandes, existiria isso. A Transcarioca foi uma obra de mais de R\$ 1,5 bilhão, que veio uma determinação do prefeito. Posso falar na obra da Transoeste, da Odebrecht, ele foi muito claro em dizer que a Transoeste vai ser da Odebrecht", contou Pinto.

Dois ex-executivos da Odebrecht, Benedito Junior e

Leandro Azevedo confirmaram em delação premiada o suposto repasse de dinheiro a Paes, mas disseram que era caixa dois de campanha. Para o ministro Gilmar Mendes, ainda que entre as condutas atribuídas ao prefeito haja crimes comuns, "é evidente o vínculo estabelecido pelos termos de colaboração com ilícitos previstos no Código Eleitoral".

Alexandre Pinto trabalhou na prefeitura do Rio entre 2011 e 2014. À época, Paes era chefe do Executivo municipal pelo MDB e aliado do então governador Sérgio Cabral, do mesmo partido. Em pelo menos três episódios, o ex-secretário disse que Paes cobrou propinas de obras do município. Afirmou, ainda, que o prefeito direcionou licitações a empresas - parte delas, envolvida na Operação Lava Jato.

O ex-secretário de Paes foi condenado quatro vezes por Marcelo Bretas, em 2020, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas em uma das operações de desdobramento da Lava Jato. Em uma delas, a 23 anos de prisão. À época, o advogado Ricardo Pieri, que defende Eduardo Paes, afirmou que o prefeito "jamais participou de qualquer esquema de corrupção" e acusou o delator de mentir. "O sr. Alexandre Pinto apresenta nova leva de mentiras como delinquente confesso, condenado como chefe de organização criminosa, da qual, segundo apurado após ampla investigação, Eduardo Paes jamais fez parte", afirmou.

ACESSO

A Turma também determinou o acesso do prefeito aos atos conexos aos depoimentos dos colaboradores premiados da OAS que o incriminam, já documentados e que não se refiram a diligências em andamento que possam ser prejudicadas.

VISITA

Fachin conhece ações do MPRJ para conter letalidade policial

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, esteve terça-feira passada no Ministério Público do Rio de Janeiro para se aprofundar na atuação do MPRJ na temática de políticas públicas de segurança e discutir o cumprimento das determinações do STF com relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que visa à redução da letalidade policial no estado.

O procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, demonstrou ao ministro as iniciativas já adotadas pelo MPRJ para cumprir a ADPF 635, como a instituição do Grupo Temático Temporário para acompanhar as determinações da ADPF e a criação do plantão de atendimento 24 horas para receber denúncias de possíveis casos de violência e abusos de autoridade cometidos durante operações policiais.

"As decisões da ADPF 635 permitem ao MPRJ contribuir com a segurança pública, exercer melhor o seu papel de controle externo da atividade policial, a fim de melhorar a vida do cidadão, preservando as vidas de todos os envolvidos, inclusive a dos agentes do estado", afirmou Luciano Mattos.

Fachin conheceu os estudos desenvolvidos pela Gerência de Análises, Diagnósticos e

Geoprocessamento, como o monitoramento de operações policiais, que tem por objetivo acompanhar a evolução das ações e seus resultados, desde a vigência da ADPF. Foi apresentado também o painel de Gestão de Território, que traz informações sobre crime e segurança pública georreferenciado e anunciado o protocolo de atuação das polícias para maior segurança no entorno das escolas públicas.

"O Ministério Público está dando, e pode dar, no contexto da ADPF 635, um exemplo para todo o Brasil, que é trabalhar com fatos e evidências e, ao mesmo tempo, atuar decisivamente nas suas funções institucionais, inclusive de controle externo da atividade policial", afirmou. Para o relator da ação, a reunião de hoje marca o encerramento da fase de instrução da ADPF 635 e permite, neste começo do segundo semestre, indicar a ação para julgamento.

À tarde, o ministro Edson Fachin visitou o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Polícia Militar. Na oportunidade, foram debatidos temas como o uso de câmeras corporais e das Ferramentas questionadas pela ADPF 635. O ministro também conheceu o Gabinete de Gestão de Crise, teve acesso ao painel de chamadas do 190, e às câmeras de monitoramento da cidade.

EUA

Trump amplia vantagem sobre Biden após debate

O ex-presidente dos EUA e candidato republicano, Donald Trump, abriu uma vantagem de 6 pontos percentuais sobre o atual presidente, Joe Biden, entre os eleitores a nível nacional, com 80% deles dizendo que o democrata está velho demais para concorrer a um segundo mandato, revela uma nova sondagem do *Wall Street Journal*.

Segundo a pesquisa, Trump tem 48% das intenções de voto, enquanto Biden reúne 42% da

preferência do eleitorado. É a mais ampla distância entre os dois desde o final de 2021. Em fevereiro, a vantagem do republicano era de 2 pontos percentuais.

O levantamento começou a entrevistar eleitores dois dias depois do debate com Trump, que deixou os colegas democratas de Biden, de 81 anos, em pá-nico com o possível declínio cognitivo do presidente e com o enfraquecimento das perspectivas eleitorais de seu partido em

novembro.

A nova pesquisa contém uma série de sinais de que a posição política de Biden enfraqueceu, em momento em que um petu-eno mas crescente número de democratas pede que ele desista de ser candidato do partido. A parcela dos entrevistados que dizem que ele está velho demais para concorrer subiu 7 pontos percentuais em relação à pesquisa do *Journal* em fevereiro.

A pesquisa revela um descontentamento generalizado

com ambos os candidatos, já que quase metade dos eleitores, cerca de 47%, substituiria os dois homens nas urnas se pudessem e 53% dizem que não estão entusiasmados com a possibilidade de qualquer um dos dois concorrendo à presidência.

A pesquisa do *Wall Street Journal* entrevistou 1.500 eleitores registrados de 29 de junho a 2 de julho. A margem de erro é de mais ou menos 2,5 pontos percentuais para a amostra completa.

COLÔMBIA

Petro nomeia novo ministro para avançar em reformas sociais

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, nomeou ontem, um novo ministro do Interior, que terá a responsabilidade de promover as suas ambiciosas reformas sociais em um Congresso sem maioria garantida para Petro.

A pasta será liderada por Juan Fernando Cristo, um experiente político centrista que foi ministro do Interior no governo de Juan Manuel Santos (2010-2018). Ele substituiu Luis Fernando Velasco, que estava no cargo desde abril de 2023.

A mudança faz parte de uma reestruturação que Petro realiza no seu gabinete ao avaliar o impacto das suas políticas e gestão quando está prestes a completar

dois anos de mandato. Nos últimos dias, Petro trocou os ministros dos Transportes, da Justiça e da Agricultura.

Petro confiou a Cristo a aprovação de reformas sociais no Congresso, que incluem uma reforma de saúde e uma lei educacional que foram arquivadas no primeiro semestre.

O presidente colocou seu capital político nas reformas que considera a forma de cumprir suas promessas de campanha sob a premissa de que serviriam para reduzir as desigualdades socioeconômicas. No entanto, a agenda encontrou resistência no Congresso.

O governo quer eliminar a intermediação financeira reali-

zada por empresas privadas de saúde para que uma entidade estatal pague diretamente pelos serviços de saúde aos centros médicos, em uma reforma que mudaria o sistema de saúde que funciona no país há três décadas.

O pacote de reformas também almeja regulamentar o sistema educacional como um direito fundamental desde o nível básico até ao universitário. O projeto de lei fracassou no Congresso devido à falta de consenso político e à pressão do sindicato dos professores, que realizou uma greve durante uma semana contra o que denunciaram ser uma forma de "privatização" da educação.

O presidente também pediu a Cristo que articulasse o cumprimento do acordo de paz que Santos assinou com a extinta guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Petro também encarregou o seu novo ministro de "construir pontes sociais e políticas para um acordo nacional que promova mudanças regulatórias e utilize o poder constituinte".

O presidente tem falado nos últimos meses do "poder constituinte" como uma forma alternativa de realizar mudanças estruturais no país impulsionadas pelos cidadãos, sem deixar claro o mecanismo legal para o conseguir.

RÚSSIA

Putin volta a se reunir com Xi Jinping em mais um sinal de maior cooperação

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o presidente chinês, Xi Jinping, reuniram-se pela segunda vez em poucos meses ontem, enquanto visitavam o Casaquistão para uma sessão de um grupo internacional fundado para combater as alianças ocidentais.

Putin e Xi reuniram-se pela última vez em maio, quando o

líder do Kremlin visitou Pequim para reforçar a sua estreita parceria que se opõe à ordem democrática liderada pelos EUA e procura promover um mundo mais "multipolar".

Agora eles realizarão reuniões durante a sessão anual da Organização de Cooperação de Xangai, que acontece hoje e amanhã na capital do Casaquis-

tão, Astana.

Além de Putin e Xi, e do presidente Kassym-Jomart Tokayev, anfitrião da cúpula, outros líderes presentes serão o primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharifo; presidente Uzbequistão, Shavkat Mirziyoyev, entre outros.

O Irã ainda está escolhendo um sucessor para o presidente

Ebrahim Raisi, morto em um acidente de helicóptero em maio, com segundo turno eleitoral na sexta-feira, portanto o presidente em exercício, Mohammad Mokhbar, comparecerá.

Outros convidados incluem o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e o secretário-geral da ONU, António Guterres.

FRANÇA

Espada medieval some após ficar cravada por mil anos a 10m do chão

MARCOS FURTADO/AE

Uma espada da Idade Média desapareceu em Rocamadour, no sul da França, onde estava cravada havia 1.300 anos na parede de uma rocha a cerca de 10 metros do chão. A hipótese é que a relíquia, conhecida como Durandal, foi roubada, segundo informações do jornal britânico *The Independent*.

A Durandal teria pertencido, segundo a tradição local, a Roland, um lendário paladino que

lutou no exército do rei Carlos Magno. A arma era considerada indestrutível, ainda de acordo com a tradição.

Para a prefeita de Rocamadour, Dominique Lenfant, a espada é uma referência para os moradores e visitantes da região. "Vamos sentir falta de Durandal. Ela faz parte de Rocamadour há séculos e não há um guia que não a mencione durante as visitas", afirmou ao jornal local *La Dépêche*. "Rocamadour sente que foi

roubada de uma parte de si mesma. Mesmo que seja uma lenda, os destinos de nossa vila e desta espada estão entrelaçados."

A LENDA

No poema do século XI "La Chanson de Roland" (normalmente traduzido como "A Canção de Rolando"), a espada é descrita com poderes mágicos, como tendo um dente de São Pedro, o sangue de São Basílio e o cabelo de São Dinis.

A lenda medieval diz que Carlos Magno recebeu a arma de um anjo. A arma é repassada para Roland, sobrinho de Carlos Magno. Pouco antes de sua morte, na Batalha de Roncevaux Pass, ele heroicamente tenta quebrá-la em uma rocha para impedir que caísse nas mãos do exército rival. Segundo o poema épico, após ser lançada no ar, a arma viajou centenas de quilômetros até cair e ser cravada no penhasco em Rocamadour.

Nota

EMPRESA FARÁ EXPEDIÇÃO AOS DESTROÇOS DO TITANIC UM ANO APÓS TRAGÉDIA DO SUBMARINO TITAN

Uma expedição ao Titanic vai acontecer neste mês de julho, um ano após a tragédia do submarino Titan, que implodiu a caminho do naufrágio histórico. A Expedição Titanic 2024 vai tentar inspecionar a área e os destroços do navio que bateu em um iceberg e afundou em abril de 1912. Organizada pela RMS Titanic Inc., que possui os direitos de salvamento da embarcação, a próxima expedição será uma missão não tripulada. Essa será a primeira visita da empresa ao naufrágio desde 2010. Em 2023, o governo dos Estados Unidos

tentou impedir a expedição, citando uma lei federal e um acordo com o Reino Unido para tratar o Titanic como um memorial para vítimas do naufrágio. As visitas ao naufrágio têm sido uma fonte de controvérsia desde que sua descoberta em setembro de 1985, com muitos sobreviventes e familiares das vítimas pedindo que a área seja deixada em paz devido ao seu status como local de sepultamento. A empresa, no entanto, obteve uma permissão para explorar o navio ao apresentar um planejamento que "busca minimizar a perturbação ao restante do naufrágio do Titanic, incluindo o casco da embarcação e os restos daquelas 1,5 mil vidas perdidas no naufrágio".